



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR OS ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023

REQUERIMENTO N ° DE 2023

“Requer convocação do Sr. Marcelo Gonçalves de Jesus.”

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fulcro no art. 58, §3º, da Constituição Federal, na Lei n.º 1.579 de 18 de março de 1952 e nos termos do art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convocado o Sr. Marcelo Gonçalves de Jesus.

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, batizada como CPMI do 8 de Janeiro, foi criada pelo Requerimento nº 1/2023, apresentada ao Congresso Nacional em 26 de abril de 2023, com a finalidade de apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões que culminaram no trágico 8 de Janeiro, oportunidade em que grupos antidemocráticos tentaram subverter o Estado Democrático de Direito ao invadir e depredar as sedes dos Três Poderes da República.

Em oitiva no âmbito desta CPMI em 17 de agosto do corrente ano o Sr. Walter Delgatti, afirmou que o coronel Marcelo Gonçalves de Jesus foi o intermediário entre ele e o general Marco Antônio Freire Gomes, então comandante do Exército na época dos atos golpistas.

Afirma também que, por intermédio e iniciativa da Deputada Carla Zambelli, foi levado ao Palácio da Alvorada para um café da manhã no dia 10 de agosto de 2022, a convite do então Presidente da República Jair Bolsonaro. Durante um período aproximado de uma hora e meia teria inquirido Delgatti se seria possível invadir o sistema eleitoral, bem como teria solicitado que auxiliasse o Ministério da Defesa na fiscalização das urnas.

Walter Delgatti teria sido encaminhado ao Ministério da Defesa para encontro com o então Ministro Paulo Sérgio Nogueira, para tratativas com a equipe técnica responsável pela fiscalização das urnas eletrônicas e processo eleitoral, conforme convite do Tribunal Superior Eleitoral.



O mesmo teria se reunido com os técnicos do Ministério da Defesa em, pelo menos, cinco ocasiões e que, em decorrência, teria contribuído com o relatório elaborado pelo Ministério da Defesa, sendo que as possíveis fragilidades do sistema eleitoral e mesmo que embora não se possa afirmar que as urnas são passíveis de violação, também não era possível afirmar o contrário.

Por seu turno, Delgatti afirma que o seu contato com o Alto Comando do Exército, responsável pela equipe que atuou na fiscalização do processo eleitoral teria sido o coronel Marcelo Gonçalves de Jesus, a quem ora apresento o requerimento de convocação.

Adicionalmente, Delgatti afirma que Marcelo Jesus participou do acampamento localizado no QG do Exército em Brasília, de onde partiu a mobilização que redundou na depredação dos prédios de cada um dos Três Poderes e que teria enviado vídeos, matérias e relatórios sobre uma suposta ruptura democrática e uma intervenção militar, e que pedia que ele verificasse a autenticidade de alguns dados sobre as urnas eletrônicas.

Entendo, pois, que a oitiva do mesmo pode viabilizar o esclarecimento de vários fatos sob investigação no âmbito deste colegiado, motivo pelos quais requero a convocação de Marcelo Gonçalves de Jesus para prestar esclarecimentos a esta CPMI.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2023.

Rogério Correia

PT/MG

